
**O SEGUNDO REINADO E A FIGURA D. PEDRO II NA
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NAS PRIMEIRAS
DÉCADAS DA REPÚBLICA (1890-1910)**

**THE SECOND KINGDOM AND THE FIGURE OF D. PEDRO II HOW
FORMATION OF NATIONAL IDENTITY IN THE FIRST DECADES
OF THE REPUBLIC (1890-1910)**

Augusto Castanho da Maia Petter
Graduando em História – UFSM
augusto_petter@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo é resultado de pesquisas financiadas pela bolsa FIPE, podendo ser considerado como um desdobramento do projeto “História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural”, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Armani. Com o fim do Império Brasileiro, em 1889, quando foi dado o Golpe Republicano sob a liderança de Deodoro da Fonseca, o Imperador e a família imperial, foram expulsos das terras nacionais. Durante essa conjuntura de troca do regime político no país existiram muitos conflitos e tensões entre os republicanos e monarquistas. Surgiram assim, discursos de intelectuais versando sobre esse assunto e o colocando dentro da história nacional. No período entre os anos de 1890 e 1910, alguns intelectuais brasileiros desenvolveram ideias que versavam sobre a nação. Entre os principais representantes que defenderam a monarquia, estão: Oliveira Lima, Eduardo Prado, Affonso Celso, Joaquim Nabuco. Tratarei, neste trabalho, da visão de Joaquim Nabuco acerca do Segundo Reinado e mais especificamente de Dom Pedro II, considerando-os como elementos-chaves na formação da identidade nacional do Brasil na virada do século XIX para o século XX.

PALAVRAS CHAVE: História das Ideias. Identidade Nacional. Monarquia.

ABSTRACT: This article is the result of research funded by the scholarship FIPE, can be regarded as an offshoot of the "Intellectual History, Historicity and Processes of Cultural Identification", coordinated by Prof. Dr. Carlos Henrique Armani. With the end of the Brazilian Empire in 1889, when it was given Republican coup under the leadership of Deodoro da Fonseca, the Emperor and the imperial family, were evicted from national lands. During this exchange situation of the political regime of the country there were many conflicts and tensions between the monarchists and republicans. Emerged thus discourses of intellectuals dealing on this subject and putting in the national history. It was in the period between the years 1890 and 1910, some Brazilian intellectuals developed ideas that focused on the nation. Among the main representatives who defended the monarchy, are: Oliveira Lima, Eduardo Prado, Affonso Celso, Joaquim Nabuco. I will treat, in this work, the vision of Nabuco about the Second Empire and more specifically of Dom Pedro II, considering them as key elements in the formation of national identity in Brazil at the turn of the nineteenth to the twentieth century.

KEYWORDS: History of Ideas. National Identity. Monarchy.

Introdução

O século XIX, no Brasil, teve uma característica bem especial na nossa história. Ele foi marcado pela Monarquia (1822-1889), sendo a mais longa nação da América Latina com essa forma de governo. Esse momento de nossa história é dividido em dois reinados, o primeiro, governado por Dom Pedro I, e o segundo, que se inicia com o abandono do trono pelo primeiro Imperador, deixando o trono para seu filho Pedro de Alcântara, com apenas cinco anos de idade, ficando o governo, parcialmente, a cargo de um regente. Esse jovem imperador teve a sua maioridade antecipada aos quatorze anos devido a conturbações políticas que ocorriam no período regencial. Sua coroação, aos quinze anos de idade, deu início a seu longo reinado, que durou 49 anos, até o momento do Golpe Republicano, em 15 de novembro 1889.

A troca do regime monárquico para o republicano não agradou a todos, entre os defensores da Monarquia, estavam pessoas de todas as camadas da sociedade, inclusive intelectuais de renome. Aparecendo então, durante as primeiras décadas do novo regime, uma intensa produção de discursos que tentavam legitimar ou deslegitimar a República. No caso dos monarquistas, buscou-se a recuperação de um passado imperial, especialmente do Segundo Reinado, que deveria ser engrandecido na história nacional, tendo como contraponto o presente e a expectativa de um futuro republicano, que significavam um rompimento com o verdadeiro *ser brasileiro*.

Este período, na história mundial, foi precedido por um período de grandes transformações em todas as estruturas (política, economia, sociedade, cultura), que se estendeu por todo o século XIX. Foi nesse mesmo período, que o reinado de Dom Pedro II constituiu ampla importância na da formação da nacionalidade no Brasil.

As ideias assim como as estruturas, têm grande valor na formação na identidade de uma nação. No caso brasileiro, a imagem do monarca foi parte uma da construção da identidade nacional, ou seja, da imagem que se tinha do que seria Brasil dentro na dita *história universal*.

No pensamento de Eduardo Prado, de Joaquim Nabuco, de Araripe Junior, assim como a maior parte dos intelectuais brasileiros de fins do século, havia uma filosofia da história do Brasil, ou seja, uma tentativa de apreender

globalmente o processo histórico e nele posicionar o Brasil como sujeito nacional. (ARMANI, 2002, p. 45)

A História, que foi escrita pelos intelectuais desse período, tem por característica a busca pela criação de uma narrativa universal, como, por exemplo, a história da nação brasileira. Esta, como uma forma de Filosofia da História, pensada aqui como a condição de uma racionalização do processo histórico para que seja feita a sua apreensão, predominou no discurso destes intelectuais de maneira muito intensa, pois estavam oferecendo uma resposta a conjuntura de transformação de sua época. Isso leva a possibilidade interpretá-los a partir de uma rede intelectual comum.¹

Como esta pesquisa está inserida dentro da área da História das Ideias, pode-se dizer que é possível entender um período a partir do pensamento de seus intelectuais. Dessa forma, salienta-se que não se deve submeter as ideias desses autores ao contexto histórico, as classes sociais ou instituições do período, evitando, dessa forma submetê-las a um certo valor de verdade.

Podemos porém, afirmar, que durante o “período do oitocentos”², em escala mundial, apareceu uma questão de grande preocupação pelos intelectuais, ou seja, a construção de uma identidade para a nação³. Em fins de século XIX, e início do XX essa questão polêmica ganhou importância, pois algumas grandes nações europeias estavam em decadência, fato que gerou a imagem de um fim de século obscuro e cheio de dúvidas com relação ao devir da civilização ocidental.

É sabido, como afirmou Stuart Hall (2006), dentro da discussão de como se pensar uma nação, que “no mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural” e que, essas culturas são um *discurso*. Corroborando com a tese de Benedict Anderson (2005) Hall afirma que a nação é uma

¹ Para maior aprofundamento nesta temática, verificar o trabalho de Eduardo Devés-Valdés sobre a sobre as formas constituição de uma comunidade intelectual a partir das Redes Intelectuais.

² Termo dado ao século XIX.

³ ARMANI, C. H. Exterior constitutivo e interior transitivo: os componentes identitários do Brasil e seus outros no pensamento de Eduardo Prado. Trabalhando o pensamento de Eduardo Prado como um intelectual da virada do século, Armani demonstra como seus discursos políticos tiveram por finalidade expor um “ser e um “não-ser” brasileiro com as ideias de exterior constitutivo e interior transitivo da nação brasileira em comparação com outras nações (EUA, Europa e América Latina).

“comunidade imaginada”, que precisa ser interpretada e reinterpretada a partir das narrativas sobre a história de um determinado povo, território, símbolos e histórias em comum.

O modo de pensar, e isso inclui a ideia de nação, está sujeito às influências do presente, ou seja, da própria historicidade, o que possibilita o entendimento de um tema de mesmo recorte cronológico sob diferentes perspectivas. Dessa forma pode-se questionar se há relevância, no ponto de vista da História das Ideias, em analisar os textos de intelectuais da virada do século, buscando encontrar referências importantes sobre Dom Pedro II, tendo como fator marcante da pesquisa a formação da identidade de Brasil e de um *ser brasileiro*? A partir do posicionamento teórico utilizado nessa pesquisa, pode-se dizer que sim, pois essa é a busca pelo entendimento da formação de uma nação tendo como base a imagem atribuída a um período e a de um dos seus personagens mais importantes que foi símbolo da no século XIX. É apresentado, a partir daqui, a sua presença nas ideias dos intelectuais monarquistas das primeiras décadas da República, através do pensamento de Joaquim Nabuco.

O Advento da República, a herdeira ilegítima da nação brasileira

Joaquim Nabuco de Araújo (1849-1910) foi um intelectual brasileiro de fins do século XIX, que atuou por muito tempo na carreira diplomática, trabalhando no exterior, levou à pena muitas de suas ideias políticas, profetizando incontáveis discursos políticos. Além disso, Nabuco ficou conhecido como, se não o principal, um dos maiores apologizadores do abolicionismo no Brasil do período, entrando na história, com a publicação, em 1883, do seu *O Abolicionismo*.

Sua adesão a defesa do regime monárquico era clara e assumiu a posição, também, fazendo diversos ataques ao regime republicano. É visivelmente fácil encontrar o seu tremendo desgosto já no momento em que a República ascende no Brasil. Nabuco, em seu diário, mais especificamente no dia 16 de novembro de 1889, apenas algumas horas depois do golpe dado pelos militares e da partida da família imperial, nos demonstra sua reação em relação aos acontecidos do dia anterior:

Notícias da partida do Imperador. Iaiá viu Rebouças com os príncipes. Emoção geral dos que encontro. Um ano depois de 13 de maio! Não podia ser mais pronta a desforra. Os fazendeiros exultando. E o povo; O escravo; Deus queira que a revolução purifique a monarquia tanto quanto a Abolição engrandeceu-a. (NABUCO, 2005 [1889], p. 28)

Nesse momento, na instauração do regime republicano no Brasil, as divergências acerca do que era “correto” em nossa história tomaram rumos ainda mais extremos do que o antigo debate republicanos *versus* monarquistas. Houve uma intensa produção discursiva, feita por parte dos monarquistas e Joaquim Nabuco foi um deles, diferenciando o ser brasileiro de seu não-ser, nessa “estrutura da retórica nacionalista, pode-se notar a demarcação de um mesmo e de um outro da nação – que pode assumir a forma interna ou externa do *ser*”. Assim, excluindo a República da continuidade da História do Brasil, mostrando-a como algo não legítimo, não representando o que verdadeiramente era o Brasil.⁴

Pode-se pensar na questão ontológica da nacionalidade no Brasil, levando em conta o que ele essencialmente é, mas também esse ser pode ser constituído por ideias do seu *não-ser*. No caso do Brasil, o seu *ser* é pensado para formação de sua identidade nacional, que é constituída através de discursos que a legitimem. Como aconteceu no período de mudança do regime político, a formação da nação que era narrada através do debate pela legitimação de um ou outro regime.

Muitas foram as teorizações sobre o sentimento nacional e sobre a própria formação da nação. Atualmente, é consenso entre os teóricos, de que antes de pensarmos sobre o nacionalismo e sobre as nações, temos primeiramente, que entender o que é a nação. A nação, que para Benedict Anderson, é o sentimento de comunidade que é construído de forma capaz de ligar pessoas com uma espécie de vínculo de irmandade, mesmo sem já possuírem algum contato anterior, apenas pelo fato de nascerem ou pertencerem a um território nacional.

Também, quando procuramos saber o que forma uma nação, não estamos apenas buscando saber o que a compõe, mas podemos compreendê-la através do seu *não-ser*, ou seja, é preciso discorrer sobre o que ela não é.

Todas as vezes que se combinaram uma grande cultura intelectual e um sofrimento (inseparável das grandes mudanças) na situação do povo, os

⁴ ARMANI, Op. Cit., p. 144.

homens de talento para a especulação ou a imaginação buscaram na contemplação de uma sociedade ideal um remédio ou, pelo menos, um consolo para os males que, na prática eram incapazes de eliminar. (ACTON, 2000, p. 23).

No Brasil, exemplificando sabiamente as palavras proferidas por Lord Acton no século XIX, podemos citar entre estes “homens de talento”, Joaquim Nabuco de Araújo. Diplomata, historiador, jurista, se não o maior defensor do abolicionismo entre os intelectuais do período, Nabuco foi um monarquista desiludido com o advento do regime republicano no Brasil. Porém, podemos encontrar discursos proferidos contra os ideais republicanos, que já se tornavam presentes no Brasil do Segundo Reinado, anteriormente ao golpe republicano, feitos pelo próprio Joaquim Nabuco.

Supondo que a República seja a forma natural da democracia, ainda assim, o dever de elevar os escravos a homens precede a toda arquitetura democrática. O Abolicionismo num país de escravos é para o Republicano de *razão* a República oportunista, a que pede o que pode conseguir e o que mais precisa, e não se esteriliza em querer antecipar uma ordem de coisas da qual o país só pode tirar benefícios reais quando nele não houver mais *senhores*. Por outro lado, a teoria inventada para contornar a dificuldade sem a resolver, de que pertence à Monarquia acabar com a escravidão, e que o Partido Republicano nada tem com isso, lançou, para muitos que se haviam alistado nas fileiras da República, um clarão sinistro sobre a aliança contraída em 1871. (NABUCO, 1988 [1883], p. 31)

Essas palavras foram escritas em 1883, em seu *O Abolicionismo*, onde Nabuco redigiu sua maior propaganda política pela abolição do regime escravocrata no Brasil. Palavras que representavam ideias antirrepublicanas, porém ainda não possuíam o caráter de rejeição do presente, que iria se somar alguns anos mais tarde, com a chegada da República.

A rejeição do presente, que se inicia na vida de intelectuais como Nabuco, obviamente no ano de 1889, procura encontrar uma continuidade com o passado monárquico, em contraposição com o presente vivido, o republicanismo. O que poderia ser então o Brasil monarquista reivindicado por eles? Que continuidade com o passado devia ser resgatada e mantida? Quais eram seus principais símbolos nacionais?

Ao interpretar os escritos deixados por Nabuco, um método utilizado para essa análise se aproxima da *Hermenêutica da profundidade*, na qual, para descobrir como esses símbolos nacionais foram construídos e como se desenvolveram como forma de legitimar os discursos

em que aparecem. Feita a análise formal discursiva, procurando entender o que D. Pedro II e seu reinado podem dizer sobre a formação do Brasil, e por fim, a interpretação-reinterpretação, que nos revela que o discurso já foi historicamente interpretado, sendo primariamente interpretado pelo seu próprio autor no momento da sua construção.⁵

O que proponho aqui é que o período correspondente ao Segundo Reinado não teve importância apenas por ser a época que precedeu a República brasileira, ele foi um tempo que apareceu na escrita da história nacional, produzida pelos monarquistas do período, no qual se fez a grandeza da nação brasileira. Joaquim Nabuco consegue expressar em seus escritos esse sentimento pelo período em que o Brasil era verdadeiramente Brasil. E seu principal representante, o monarca, o imperador Dom Pedro II, que apareceu como o portador da essência do ser Brasileiro.

A Monarquia como integrante legítima da *História Nacional*: Dom Pedro II e seu Reinado

A monarquia como herdeira legítima de uma história nacional brasileira representa a rejeição ao presente, ou seja, com a República, em defesa da continuidade do passado, buscando um futuro monárquico com a consolidação do brasileiro ideal através da figura de Dom Pedro.

Dentro do pensamento de Joaquim Nabuco, a devoção à monarquia está tão presente que existe, na sua ideia de História, principalmente quando Nabuco retoma os exemplos da antiguidade clássica, exaltação os poderes reais. Em 23 de dezembro de 1909, de forma a exaltar a monarquia e o patriotismo, garantidor de um governo que respeita as tão sonhadas liberdades individuais, fez a seguinte consideração em seu diário:

Os grandes filósofos antigos não consideravam a realeza um mau governo. Longe disso, a história da realeza romana, na República de Cícero, exceto o último reinado, é uma série honrosa de governos patrióticos. Como Cícero, Platão. O ideal deste era um rei filósofo. Dessa realeza à tirania vai a distância incomensurável que separa o justo do injusto. Quem faz a questão de forma não faz muita questão de fundo, que, neste caso, é a liberdade individual. Onde esta é maior, esse é o governo mais livre, seja a monarquia

⁵ Método sistematizado por John B. Thompson para a análise hermenêutica nas ciências sociais.

inglesa, seja a democracia americana. O que não se compreende é, por ter este último ideal, alguém prefira o governo dos tiranos sul-americanos aos dos reis constitucionais do norte na Europa. (NABUCO, 1909, p. 473-474)

Dom Pedro II, o correspondente nacional e contemporâneo do rei filósofo dos gregos, aquele que age como o senhor da justiça, o promotor da paz nacional, que é capaz de fornecer, na sua posição de monarca, a liberdade para a população brasileira e assim, para o destino do Brasil.

A grandeza dada ao Imperador, já se mostrava presente na concepção de Nabuco ao escrever *O Abolicionismo*, os feitos de Dom Pedro, para ele, já era vistos nacional e internacionalmente, voltados para a libertação dos escravos:

O que eu digo porém é que se Dom Pedro II, desde que subiu ao trono, tivesse como norte invariável do seu reinado a realizar a abolição como seu pai realizou a Independência, sem exercer mais poder pessoal do que exerceu, por exemplo, para levar a guerra do Paraguai até à destruição total do governo de López, a escravidão já teria a esta hora desaparecido do Brasil. É verdade que se não fosse o Imperador, os piores traficantes de escravos teriam sido feitos condes e marqueses do Império, e que Sua Majestade sempre mostrou repugnância pelo Tráfico e interesse pelo trabalho livre; mas comparado à soma do poder que ele ou exerce ou possui, o que se tem feito em favor dos escravos no seu reinado, já de quarenta e três anos, é muito povo. Basta dizer que ainda hoje a capital do Império é um mercado de escravos! Veja-se por outro lado o que fez o Czar Alexandre II, dentro de seis anos de reinado. Não temos que nos incomodar com os que nos chamam contraditórios porque fazemos apelo ao Imperador sendo opostos, pelo menos na maior parte, ao *governo pessoal*. O uso do prestígio e da força acumulada que o Imperador representa no Brasil, em favor da emancipação dos escravos, seria no mais lato sentido da palavra expressão da vontade nacional. Com a escravidão não há governo livre, nem democracia verdadeira: há somente governo de casta e regímen de monopólio. As senzalas não podem ter representantes, e a população avassalada e empobrecida não ousa tê-los. (NABUCO, 1988 [1883], P. 73).

Após o fim da monarquia, ainda existia, nos primeiros momentos republicanos no Brasil a esperança de uma reação monarquista seria capaz de trazer novamente Dom Pedro II

ao trono, restabelecendo o regime monárquico. Nabuco ainda tinha a “maior confiança no Imperador. Volta dele seria o fim da República”.⁶

Na análise de algumas das obras, como *Diários e Minha Formação* de Joaquim Nabuco e *A Ilusão Americana e O Império Brasileiro* de Eduardo Prado e Oliveira Lima, respectivamente, que é possível encontrar o tema da Monarquia como um propulsor destes discursos. Para esses intelectuais, por exemplo, o Segundo Reinado, que teve um papel de vital importância na História do Brasil, infelizmente foi levado a outro rumo pela fatalidade do advento da República, foi quando começou a se perder a esperança de uma efetiva reação monarquista. Sobravam as exaltações e tentativas de valorização do regime monárquico, com a finalidade de não deixar se perder no sentimento nacional dos brasileiros. Joaquim Nabuco deixa claro de que “o fim do Império pusera fim” a sua “carreira”.⁷ Esse desgosto com o fim da Monarquia realmente esteve muito presente na obra pós-golpe, desses intelectuais.

O Imperador Dom Pedro, e seu reinado, seriam os responsáveis pelo desenvolvimento nacional. Não é a toa que “a lista de suas intervenções pessoais no desenvolvimento de nossa civilização, de 1840 a 1889, poderia quase ser feita pelo número de dias decorridos”⁸, assim exaltava.

A Monarquia e a História

Alguns pontos devem, por fim, serem levados em conta, para compreender o pensamento de Joaquim Nabuco acerca da História e também, da importância da Monarquia brasileira, seu monarca e suas instituições na fundação da narrativa de uma história nacional da civilização brasileira. Entre esses elementos pode-se destacar: a religião, sobretudo a cristã; o progresso, como marcha da História e, por fim, o fatalismo da História.

No que diz respeito a religião, Joaquim Nabuco possuía um pensamento fortemente religioso, era um devoto da Igreja Católica, compartilhando assim das ideias profanadas pelo Vaticano e as levando até a sua vida pública e pessoal. Em suas estadas no Vaticano Nabuco

⁶ Em seu diário, anotação de 9 de fevereiro de 1891 “[...] Anos Maria Carolina 1º. Vamos a French Church. Carta do Imperador sobre o meu *Agradecimento aos pernambucanos*, agradecendo-mo. Nabuco responde a Paranhos.

⁷ NABUCO, Joaquim, *Minha formação*. Martin Claret: São Paulo, 2005.

⁸ NABUCO, Joaquim. *Agradecimento aos Pernambucanos*. London, 1891.

nunca desmedia-se de retratar emocionadamente a grandeza que para ele representava a poderio do cristianismo.

Antes da chegada do Papa, apesar das 70.000 pessoas que dizem haver na Basílica, não se vê senão o templo, e a altura da nave e da cúpula apaga a poeira humana embaixo, toda ela ainda tranquila. Quando o Papa entra, a vista não se levanta mais para cima, e o espetáculo é incomparável. É um triunfo romano, a entrada do *Imperator*, que, em vez de vir na quadriga, vem carregado em andor, acima, portanto, da multidão que o aclama. Quem viu isto viu a entrada de um *Imperator* pela via Sacra. É a antiga Roma que revive, e a glória do Catolicismo é não ter deixado morrer a alma dela. (NABUCO, 2005 [1903], P. 270-271)

No trecho acima, escrito em 3 de março de 1903, em uma visita ao país, é possível reconhecer que para Nabuco, a Igreja representava a civilização ocidental, sendo a própria ressurreição /conservação da Roma Antiga. Também, somado a isso, está a figura do *Imperator*, o grande monarca desse império religioso da Igreja Católica, aparecendo como condutor de uma civilização.

O progresso, a caminhada da história, estava inteiramente ligada com a concepção de religião e com a visão dos valores primordialmente humanos, lembrando a ideia cristã de *natureza humana*, Joaquim Nabuco, quando estava a bordo do Saint Paul, navio pertencente a *american line*, rumando para Cherburgo, quando no dia 8 de junho de 1907 escreveu:

A bordo. Creio já ter tomado uma nota sobre a inutilidade do ensino na Moral conjuntamente com o da História. Esta é a *divinização* do sucesso. Tudo tem nela um prêmio, exceto as virtudes para as não há nela sequer lugar. O amor da glória (exceto o da glória seráfica) é muito mais forte instinto humano (sobretudo coletivo) do que o da virtude. Eu quisera ler num quadro, digamos em uma conferência, a impressão geral da História. Onde achá-lo? Eu falo do drama. Da tragédia humana, do que Prometeu chamou a sua obra, o novo destino do homem. De saque em saque, de escravização em escravização, de destruição em destruição (incêndio, arrasamento. Tróia. Cártago. Jerusalém. Roma. Constantinopla), a história é uma carnificina sem-fim. Como a humanidade caminha, progride entretendo por elas. Se tudo tivesse ficado na paz e na ordem, nunca teria havido progresso. Não haverá, porém, mudança nesse processo? É ele fatal? (NABUCO, 2005 [1907], P. 403-404)

Por último, como uma aceitação da História como uma espécie de fatalidade, Joaquim Nabuco nos diz que “ninguém pode dizer o que teria sido a história se acontecesse o contrário do que aconteceu.”⁹ A impossibilidade de se julgar os fatos históricos flexionando-os no futuro do passado.

É possível analisar também o pensamento monarquista de Joaquim Nabuco conjuntamente com a ideia de outros intelectuais, que não necessariamente mantiveram contato, mas estiveram dentro de uma mesma rede de ideias, de um mesmo centro de influências, no caso desses intelectuais do período, do pensamento coimbrano. Esses contatos podem ser chamados de redes intelectuais, havendo então uma aproximação com a proposta de Devés-Valdés, visto que para esse autor, as redes intelectuais na América Latina, se constroem das mais diversas formas, dentro de grupos de intelectuais aparentemente distantes, tanto territorialmente quanto temporalmente.

A ideia de Brasil construída pelos intelectuais brasileiros de fins do século XIX passou não somente pelas intenções que cada um deles teve ao elucidar o conceito, como também pelos exteriores constitutivos desses conceitos – o que o Brasil não era. O que se apresentava para eles como um não-ser do Brasil? Entre outros significantes, os principais eram as Américas inglesa e hispânica, como também a Europa ocidental, especialmente Portugal, França e Inglaterra. Na estrutura da retórica nacionalista, pode-se notar a demarcação de um mesmo e de um outro da nação – que pode assumir a forma interna ou externa do *ser*. A mobilidade discursiva que se opera nessa situação implica um deslocamento constante do significado positivo da nação, o qual se modifica de acordo com os contextos colocados em cena. Autores podem ter intenções que variam de acordo com suas motivações pessoais, com sua posição institucional ou de classe, com sua situação em determinada região, com os jogos de linguagem e os significados disponíveis para a construção de uma narrativa, entre outros. (ARMANI, 2013, p. 144)

Nesse trecho, Armani expõe a possibilidade da utilização do método de Devés-Valdés dentro do estudo dos textos de intelectuais brasileiros do final do XIX, atrelado a História das Ideias. Em suma, propõem-se utilizar a interpretação hermenêutica no trabalho dos intelectuais referidos a partir de uma rede intelectual nacional.

A história nacional, que tem sua construção como uma *comunidade imaginada*, fomentada pelo discurso, esteve presente na mentalidade do período, estando assim, também,

⁹ Nabuco em *O Abolicionismo*. p. 107.

dentro dos anseios de uma população, dentro dela, de intelectuais que escreviam tratados que retratavam a História do Brasil, foi assim, pensada por muitos, de formas caracteristicamente semelhantes e diferentes. No meio monarquista das primeiras décadas da República, Joaquim Nabuco pode nos dar uma ideia desta perspectiva.

Considerações Finais

Nas primeiras décadas da República, desde de sua proclamação, até cerca de 1910, podemos compreender o discurso dos intelectuais do período como construtores de uma identidade nacional. Além de monarquistas como, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Affonso Celso e Oliveira Lima, entram também na lista destes intelectuais, republicanos, que com ideias contrárias a dos monarquistas, também escrevem a sua História nacional, alguns nomes, Rui Barbosa, Araripe Júnior e Pereira Barreto. Todos esses nomes representam a intensa disputa pela legitimação da História nacional, com base no seu regime político defendido, aí está um dos principais motivadores das grandes defesas monárquicas de Joaquim Nabuco.

Pode se dizer então, que Nabuco defendeu em sua obra, uma forma de Brasil ideal, que condizia com seus valores e pensamentos claramente monárquicos. Invocando assim, fortemente a imagem do Imperador Dom Pedro II e de seu reinado como o seria verdadeiramente o Brasil. O Brasil permeado pelos valores cultivados durante o Império, que deveria assim, manter-se imaculado dentro do momento de tragédia nacional, que para ele, é a acensão do regime republicano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. Lisboa: Ed. 70, 2005.

ARMANI, Carlos Henrique. **Discursos da Nação: historicidade e identidade nacional no Brasil em fins do século XIX**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

_____. **História intelectual e redes contextuais**. In: Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 20, p. 137-150, jul. 2013.

BARROS, José D' Assunção. **História das Idéias** – em torno de um domínio historiográfico. Revista Eletrônica História e Reflexão – Vol. 02, n. 03 – UFGD. Dourados – Jan-Jun, 2008.

BEVIR, Mark. **A lógica da história das idéias**. Bauru: Edusc, 2008.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **Redes intelectuales en América Latina: Hacia la contituición de una comunidad intelectual**. Santiago de Chile: Segunda Época, 2007.

GADAMER, H. **Verdade e Método**. 10ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALL, Stuart. **As culturas nacionais como comunidades imaginadas**. P. 47-65. 11ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

LIMA, Manuel de Oliveira. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

_____. **O império brasileiro: (1822-1889)**. Brasília: Ed. UnB, 1986.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. 6ª Edição. São Paulo: Alfa-Omega, 2005.

NABUCO de Araujo, Joaquim. **Diários 1873-1910**. Editora Bem-Te-Vi, 2ª Edição, 2006.

_____. **Minha Formação**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

_____. **O Abolicionismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 5ª edição, 1998.

_____. **Agradecimento aos pernambucanos**. 2ª Edição. Londres: Abraham Kingdon & Newnham, 1891.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.